

O PODER DA IMAGEM EM UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO E O ACESSO À EDUCAÇÃO

THE POWER OF IMAGE IN A REFLECTION ON RACISM AND ACCESS TO EDUCATION

Kleber Wilson Bezerra¹
Ana Valéria de Figueiredo da Costa²
Adriana Maria de Assumpção³

RESUMO: O propósito deste artigo é analisar de forma crítica o racismo estrutural e a necessidade de universalização do ensino, em especial à comunidade negra brasileira, a partir de reflexões sobre uma imagem, com base em autores reconhecidos por analisarem a comunicação e o discurso visual de fotografias através da semiótica, conforme Roland Barthes. Dessa forma, pretende-se também discorrer sobre mecanismos e representações que marginalizam o povo negro brasileiro desde a abolição da escravatura em 1888 até os dias atuais. E nesse quadro, a Educação que deveria ter um papel emancipador ainda enfrenta dificuldades para ser realmente inclusiva e universal.

Palavras-chave: Educação. Racismo. Discurso Visual.

ABSTRACT: The purpose of this article is to critically analyze structural racism and the necessity of universalizing education, particularly for the Brazilian Black community, through reflections on an image. The study is grounded in renowned authors who analyze communication and the visual discourse of photography through semiotics, such as Roland Barthes. Furthermore, it aims to discuss the mechanisms and representations that have marginalized Black Brazilians from the abolition of slavery in 1888 to the present day. In this context, Education, which should fulfill an emancipatory role, still faces obstacles to becoming truly inclusive and universal.

Keywords: Education. Racism. Visual Discourse.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a fotografia deixou de ser somente uma tecnologia capaz de documentar momentos isolados para se imbuir de poder e impacto cultural socialmente relevantes.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá – UNESA.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio Professora na Universidade Estácio de Sá - UNESA e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO Professora na Universidade Estácio de Sá – UNESA.

Conforme Freund (1983), a fotografia é capaz de interpretar acontecimentos da vida social e, portanto, lhe deve ser dada importância política. Na mesma obra, a autora elaborou o conceito de “documento social”, em que define a fotografia como uma forma de representação da realidade social, reconhecendo seu papel enquanto instrumento político.

Dessa forma, também se faz necessário ter consciência da fotografia enquanto arte (Sontag, 2004), pois ela se tornou capaz de produzir narrativas complexas que superam o campo meramente imagético e/ou documental. E é disso que se trata do poder de transformação da fotografia, pois “por meio das imagens podemos promover a leitura crítica e um outro olhar para os textos que se inserem no campo da cultura visual.” (Assumpção, 2022, p. 58).

Hoje, ainda não existe uma tradição literária estável de estudo da imagem, assim como há em relação ao estudo da palavra. Apesar disso, uma reflexão baseada em uma semiótica explícita da imagem traz subsídios para você entender como o discurso visual é construído e interpretado (Cordeiro; et al, 2018, p. 13).

O filósofo francês Roland Barthes produziu um importante trabalho analítico sobre a retórica da imagem e o poder de comunicação da fotografia, baseado na teoria da Semiologia de Saussurre e seus estudos sobre o signo linguístico. Conforme Barthes (2009), a fotografia está repleta de signos e possui um poder de transformação que deve ser analisado.

METODOLOGIA

2

Quanto ao conceito de discurso visual, Arnheim (2005, p. 54) afirma que ele pode ser obtido através da “relação entre a imagem vista e a afirmação que ela pretende comunicar”. A elaboração deste artigo teve como metodologia a análise *barthesiana* da narrativa fotográfica.

Na obra de Roland Barthes (1984) há uma grande variedade de análises de discurso e comunicação visual, explorando as mais diversas narrativas a partir de fotografias selecionadas pelo próprio autor. Para Barthes, o discurso visual, que ele define como “retórica da imagem”, é identificável a partir de “um sistema que adota os signos de outro sistema, para deles fazer seus significantes, é um sistema de conotação; podemos, pois, desde já afirmar que a imagem literal é denotada, e a simbólica é conotada” (Barthes, 1990, p. 31). Ainda sobre o discurso visual, se faz pertinente frisar que fotografias:

[...] são vistas em contextos em que o texto verbal, escrito ou falado, está presente de algum modo. Numa exposição em um museu, nas ruas de uma cidade, nas redes sociais digitais, há sempre algum tipo de texto verbal que está a acompanhar a imagem, que compõe uma relação estrutural com ela. (Cordeiro; et. al, 2018, p. 79-80)

SOBRE A IMAGEM

Tendo em mente o que já foi explanado até aqui, propõe-se uma análise da imagem a seguir:

Figura 1 – Protesto do Movimento Negro



Fonte: Lázaro Roberto (1988)⁴

A Figura 1 é parte do acervo do ZUMVÍ Arquivo Fotográfico, que faz um trabalho de valorização da resistência negra no estado da Bahia através dos mais diversos registros fotográficos. A fotografia em questão é de autoria de Lázaro Roberto, um dos fundadores desse arquivo fotográfico (Rabelo, p. 87). Sua exibição já foi realizada nos mais diversos contextos, por exemplo, no Museu de Arte do Rio, em exposição em 2023.

A imagem em questão registra um outdoor com os dizeres “a princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho”. Conforme legenda do ZUMVÍ Arquivo Fotográfico, o outdoor é um protesto do Movimento Negro contra o Centenário da Abolição. A frase é de autoria do poeta Paulo Colina (1988), título de um livreto de manifesto escrito à época.

Até os anos 1980, a mídia externa publicitária era limitada basicamente a outdoors e painéis (Figueiredo, 2014, p. 105). Então, pode-se afirmar que o painel registrado por Lázaro Roberto subverte a redação publicitária padrão de um outdoor: em vez de uma propaganda de algum produto, a peça reproduz uma mensagem crítica com forte viés político. Basicamente, trata-se do que Sontag (2004) define como uma “fotografia militante”: “a história da fotografia revela uma longa tradição de ambivalência a respeito de sua capacidade de tomar partido: adotar

⁴Disponível em: <https://www.acervozumvi.com/busca/show/1988?page=1&filtro=titulo-descricao-serie-&selected=721>. Acesso em: 29 dez. 2025.

um dos lados é tido como minar sua perpétua premissa de que todos os temas têm validade e interesse” (Sontag, 2004, s.p.).

DISCUSSÃO

Vale destacar que “embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos” (Sontag, 2004, s.p.).

Pode-se analisar a narrativa por detrás desta fotografia. “Ao olhar para fotografias ou pinturas representativas, o observador é auxiliado até certo ponto pelo que conhece sobre o espaço físico com base em sua própria experiência” (Arnheim, 2005, p. 226). Assim, ao estabelecer parâmetros para esta análise, estes devem levar em conta o seu contexto histórico e cultural no seu processo de interpretação.

Nesse sentido, analisar fotografias é buscar um passado que se atualiza no momento da visão. Essa linha de pensamento pode ser complementada com a pesquisa de Cordeiro *et al.* (2018, p.71):

[...] você poderá aprender a desenvolver um pouco mais de consciência sobre as diferentes leituras culturais e as suas implicações no processo de significação da imagem. Esta precisa, portanto, ser lida, compreendida e analisada dentro de um contexto mais amplo – histórico, social, político e cultural. Esse contexto, por sua vez, pode incluir tanto, quando for o caso de serem usados, os signos verbais como as palavras e os enunciados circunstanciais que podem participar do processo de construção da imagem.

4

A fotografia de Lázaro Roberto tem valor histórico relevante, tendo em vista que é um registro realizado no ato do centenário da abolição da escravatura, quando o governo federal do então Presidente José Sarney fazia ampla propaganda institucional, com homenagens que enfatizavam o papel da Princesa Isabel como heroína (Eurico, 2022).

O jogo de palavras, incluindo palavras implícitas, “assinar carteira (de trabalho) / (lei áurea)”, é um exemplo explícito do poder imagético e narrativo de uma fotografia: o povo negro, um século após a abolição da escravatura, ainda encontrava dificuldades de espaço no mercado de trabalho, marginalizado perante a sociedade.

Não obstante, passadas outras três décadas após o centenário da abolição da escravatura, a população negra do Brasil continua lidando com o mesmo quadro de marginalização:

[...] No período mais recente da história do Brasil, a vivência da população negra com o trabalho é representada pelo emprego em ocupações ditas precárias, subalternizantes e de baixa qualificação profissional, o que indica uma rebaixada mobilidade social e um contínuo processo de proletarização (Alencar; Silva, 2021).

A imagem em questão vai de encontro à contínua subjulação do povo negro no Brasil após a abolição da escravatura, além da ininterrupta marginalização da comunidade negra no país, mais de um século depois. Ainda sobre o trabalho de Eurico (2022):

[...] a Abolição se configurou como uma medida extrema e cruel, porque a forma como a população negra é tratada desde a promulgação da Lei Áurea, sem qualquer medida protetiva, a coloca em uma situação aviltante, com chances remotas de superação da pobreza geracional, que se mantinha no curso do regime escravagista (Eurico, 2022, p. 57).

Vale mencionar que “o mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social” (Santos, 1984, p. 45). Conforme Eurico (2022) a abolição da escravatura não teve como intuito dar liberdade aos negros, mas sim parte de um plano de ação da elite brasileira que naquele contexto histórico estava migrando das áreas rurais para as urbanas. Dessa forma, mantiveram a população negra em situação de miserabilidade, permanecendo uma forte “herança escravocrata”.

Outro ponto que pode ser analisado é um exemplo mais recente do uso desta imagem no início do Século XXI. Conforme consta no site do Zumví, a foto foi usada em uma manifestação para aprovação da política de cotas da Universidade Federal da Bahia – UFBA em 2003⁵.

Nessa mesma linha de raciocínio, Nascimento (2021) faz uma importante menção às cotas raciais enquanto ação afirmativa, algo que não poderia deixar de ser levantado quando se fala em inclusão/exclusão do povo negro brasileiro. Em seu trabalho ainda descreve um longo histórico sobre o ativismo de movimentos negros em universidades brasileiras desde os anos 1970. Ainda sobre a adoção de cotas:

[...] a busca por tratamento desigual vai ao encontro do restabelecimento da igualdade, vale dizer, ante às situações fáticas de desigualdade, adota-se tratamento proporcionalmente desigual, com o objetivo de proporcionar a igualdade entre os desiguais, como no caso de adoção de cotas para negros em universidades (DIAS, 2017, p. 12)

Entretanto, há um forte conflito entre a democratização da educação com os interesses de determinados setores da sociedade – empresários e corporações – na precarização do ensino público, ou o que se pode chamar de “dinâmica da destruição” (Freitas, 2018).

Assim, pode-se estender a discussão para além da falta de espaço no mercado trabalho e da contínua marginalização do povo negro brasileiro pós-abolição, para dialogar e debater sobre o papel da educação enquanto poder emancipador realmente capaz de promover transformação social.

⁵Disponível em: <https://loja.zumvi.com.br/loja/uncategorized/posters/>. Acesso em: 29 dez. 2025

Aguiar e Dourado (2018) defendem que a “luta pela universalização da educação no Brasil faz-se acompanhar por debates e políticas relacionadas ao respeito a diversidades e especificidades”, em especial na luta contra o racismo.

É importante destacar que cabe à Educação acompanhar as transformações da sociedade, nos seus mais variados campos, ainda mais num contexto onde impera a exclusão e a desigualdade (Silva, 2016, p. 52-53), assim como é necessário que a Educação seja de fato revestida de uma ação libertadora, como aponta Freire (1987). Para o autor, a educação libertadora aponta na direção de transformação da realidade concreta, objetiva, e o rompimento com uma realidade opressora. Assim sendo, a educação deveria ser uma ferramenta de empoderamento das pessoas, em especial, em vez de ser uma forma de manutenção de uma realidade opressora.

Freitas (2018) se refere a um controle político exercido pelo poder do capital para manutenção da segregação do povo negro. Por sua vez, Gonzalez (2020) utiliza o termo “controle social” que mantém vivos os valores racistas colonialistas desde o Brasil Império. Para esses autores, mecanismos políticos e sociais operantes tendem a manter a segregação racial no país.

Freire (2010) também discorre sobre como uma economia baseada em trabalho escravo no Brasil colonial produziu consequências ao povo negro até a atualidade. Conforme aponta o autor, Portugal e Espanha impuseram à América Latina um controle econômico, social, político e cultural, criando uma sociedade agrária e exportadora, onde a escravidão cumpriu importante papel nesse processo, gerando um condicionamento de comportamento submisso.

Frente a esse panorama, podemos depreender que são muitos os mecanismos que perpetuam a segregação da população negra no espaço acadêmico, e muitas conceituações, como a dos processos psicossociais de exclusão social estudados por Lima, França e Freitag (2020), que defendem uma visão conservadora de viés meritocrático.

Entretanto, não há como negar que existe um “comprovado histórico de exclusão, de desigualdades de oportunidades educacionais” (Lima; França; Freitag, 2020, p.106), em um sistema onde a própria estrutura escolar reproduz a marginalização dos negros.

A Lei de Cotas para universidades federais (Brasil, 2012) é um marco que não poderia deixar de ser abordado nessa discussão, tendo relevante e considerável impacto social para o acesso de negros à educação superior. Guarnieri e Melo-Silva (2017) afirmam que foi a partir da promulgação dessa lei que Brasil pela primeira vez assumiu formalmente um compromisso de reparação histórica aos danos causados pela escravidão.

Lima, França e Freitag (2020, p. 226) destacam a importância da política de cotas enquanto forma de ação afirmativa, assim como os autores discorrem sobre o discurso meritocrático de determinados setores da sociedade como forma de não aceitação às cotas raciais: “nos argumentos contrários à aceitação das cotas universitárias, é possível perceber a apresentação de justificativas para tal posicionamento que envolveriam o mérito das pessoas, a não existência de racismo no país e a ameaça do desempenho universitário dessas pessoas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos visuais nos interpelam o tempo todo, ainda mais na atualidade, onde a Internet fomenta uma verdadeira profusão de imagens veiculadas a todo momento: propaganda, jornalismo, entretenimento, entre outros diversos tipos de conteúdo que competem pela nossa atenção, através das mais variadas narrativas visuais. Quanto à problemática social em si, pode-se afirmar que os passos a favor da escolarização da comunidade negra brasileira ainda parecem muito lentos. Faz quase 15 anos que a Lei de Cotas foi promulgada pelo governo federal; há 23 anos que o primeiro programa de cotas foi implementado no Brasil, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Guarnieri; Melo-Silva, 2017, p. 184); e praticamente 138 anos da abolição da escravatura.

7

O panorama vai se modificando com a legislação que procura promover maior acesso à educação superior à comunidade negra, mas, mesmo assim, as consequências sociais ainda são fortemente visíveis. Autores com os quais dialogamos aqui neste texto afirmam que são necessárias intervenções mais amplas do que as reservas de vagas. Ainda há muito o que se trabalhar efetivamente em ações afirmativas de grande impacto social para combater o racismo e fortalecer a universalização da Educação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024. Avaliação e perspectivas. Recife, PE: ANPAE, 2018. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>>
- ALENCAR, Ana Verônica de; SILVA, Edil Ferreira da. Revisão Sistemática sobre Trabalho, Racismo e Sofrimento Psíquico no Contexto Brasileiro. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41(spe2), e191716. (2021) Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>>
- ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ASSUMPÇÃO, Adriana M. Rodas de Conversa e Cultura Visual: a formação de professores em destaque. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 45-61, jan./mar. 2022.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2012.

COLINA, Paulo. 13 de maio de 1988: a princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho. Movimento Negro Unificado, Ilê Aiyê, Grupo Ginga – Maio, 1988. Disponível em:
<https://lae.princeton.edu/catalog/o9eo6bbf-5008-4a22-9404-73f91613e564?locale=en#?c=o&m=o&s=o&cv=o&xywh=-599%2C0%2C3693%2C3339>

CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira; et al. *Teoria da Imagem*. Porto Alegre: Sagah, 2018.

DIAS, Everaldo Medeiros. *Cotas para negros em universidades: função social do Estado contemporâneo e o princípio da proporcionalidade*. Recurso digital. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. São Paulo: Cortez, 2022.

FIGUEIREDO, Celso. *Redação publicitária: sedução pela palavra*. - 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Cengage, Learning, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREIRE, Paulo. *Liberdade Cultural na América Latina*. In: STRECK, Danilo (Org.) *Fontes da pedagogia latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 (p. 333-345)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREUND, Gisèle. *La fotografía como documento social*. 3. ed. Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1983.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (Org.) Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. Zahar: 2020.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. *Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica*. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>>

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; FRANÇA, Dalila Xavier de; FREITAG, Raquel Meister Ko. Processos psicossociais de exclusão social. Freitag – 1^a. ed. – São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. 1^a edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. (p. 152-167)

RABELO, Elson de Assis. A prática fotográfica e as questões étnico-raciais: entre poética, documento e política. Revista Brasileira de História da Mídia. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 77-92, jul./dez. 2021

SANTOS, J. R. O que é racismo. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SILVA, Janaina Almeida da Costa. Qualidade na Educação. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. Companhia das Letras, 2004.